



E SE NÃO HOUVESSE O VESTIBULAR? – PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS DO CURSINHO POPULAR CHICO MENDES ACERCA DA ELITIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Maíra Tavares Mendes – FACED/UFRGS

Resumo: O trabalho discute a seletividade da educação superior brasileira, fazendo um histórico da expansão no âmbito privado e as repercussões desta segmentação. Discute-se as consequências das recentes políticas públicas para o ensino superior, especialmente as materializadas no Programa Universidade para Todos (Prouni), e utilização do Enem como critério de ingresso ao ensino superior. A partir destas mudanças, foi recolocado o debate sobre a possibilidade de extinção do vestibular. O objetivo do trabalho foi analisar as percepções de professores e estudantes do Cursinho Popular Chico Mendes, em Itapevi (Grande São Paulo) acerca desta situação hipotética. Os dados obtidos enquadram-se em duas grandes posições: uma que defende a educação – e mais especificamente os critérios do vestibular - como possibilidade de ascensão social, e outra, que defende a educação como instrumento de conscientização e crítica da desigualdade, da qual o vestibular seria uma faceta.

Palavras-chave: Vestibular – Cursinhos – Acesso ao ensino superior – Políticas públicas – Educação Popular.

Introdução

A seletividade social no ensino superior brasileiro não é problema novo: há décadas vem sendo apontada e discutida. Uma das principais expressões de descontentamento com a limitação de vagas se expressou no “problema dos excedentes”, que tirou o sono da ditadura empresarial-militar nos anos de 1960 (GHIRALDELLI JUNIOR, 2006). Devido ao método de seleção para ingresso nas universidades, o vestibular, ter sido até então eliminatório (a partir de determinada nota o candidato era admitido no curso de interesse), o número de candidatos aprovados, mas sem vaga, aumentou anualmente. A solução encontrada pelo governo militar foi o estabelecimento do critério classificatório para a distribuição das vagas no ensino superior.

Com o aumento da proporção de candidatos eliminados, o contingente de estudantes alijados do ensino superior foi historicamente absorvido pelo crescente mercado das

faculdades privadas, uma política incentivada não apenas no governo militar, como também estimulada por todos os governos desde a redemocratização do país do final dos anos 1980¹.

A diferença entre as instituições de ensino superior não se reduz apenas ao caráter público ou privado. A concentração de vagas no setor privado gerou também uma divisão de tarefas ou diversificação da educação superior brasileira: a quase totalidade das instituições privadas volta-se exclusivamente para o ensino, enquanto que a pesquisa científica é desenvolvida praticamente apenas nas universidades públicas. Uma outra face desta divisão no ensino superior se faz sentir no público-alvo: as instituições públicas são freqüentadas, em sua maioria, por estudantes oriundos da escola básica privada, enquanto que aos estudantes de escola pública restam as instituições particulares de ensino.

O aumento de concluintes do ensino médio ocorrido a partir dos anos de 1990 trouxe consigo uma expansão da demanda por ensino superior, que devido às altas mensalidades praticadas por instituições privadas reservou aos estudantes de classes populares as universidades públicas como única opção possível. A alta concorrência do vestibular, aliada à desvantagem frente aos estudantes de escolas particulares (que orientam o currículo especificamente com a finalidade de aprovação neste exame), são fatores que contribuíram para em que em diversas localidades brasileiras fossem organizados cursinhos a baixo ou nenhum custo, voltado para estudantes de escolas públicas. Assim nascem os cursinhos populares, comunitários ou alternativos.

Dos anos 1990 aos dias de hoje, entretanto, uma série de modificações nas políticas de acesso ao ensino superior alteraram a configuração dos critérios de ingresso, bem como o perfil dos ingressantes. Pode-se dizer que o elemento que sofreu maior transformação, tendo uma mudança no seu formato, finalidade, volume de candidatos e implicações na escola básica e educação superior, foi o Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem. A redefinição do acesso à educação superior a partir do Enem suscitou uma série de debates, dentre eles o que pautou a possibilidade da extinção do vestibular.

O vestibular, uma das possibilidade de processo seletivo para acesso às IES descrito na Lei 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), divide opiniões: há desde os que o encaram como “um mal necessário” para selecionar os estudantes, e atribuem as diferenças no ingresso de estudantes de escolas públicas e privadas às diferenças sociais, e não ao exame em si; bem como há os que acreditam que a forma como é estruturado é mais um mecanismo de

¹ Para maiores referências sobre o processo de mercadorização do ensino superior brasileiro, ver trabalho de Valdemar Sguissardi (2008), “Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio provado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária”.

confirmação de desigualdade (OLIVEIRA et al., 2008). Atualmente as mesmas polêmicas podem ser estendidas ao Enem, por ter assumido as funções antes reservadas ao vestibular em uma série de instituições de ensino superior.

Considerando que usualmente os principais afetados pelas políticas públicas educacionais – estudantes e professores – dificilmente são consultados acerca das implicações destas políticas, e da necessidade de discutir o acesso à educação superior por dentro e por fora da universidade, o objetivo do trabalho é levantar as percepções de professores e estudantes do Cursinho Popular Chico Mendes, situado em Itapevi, Grande São Paulo, acerca de uma situação hipotética em que não existisse o vestibular.

Breve panorama do ensino superior brasileiro e o surgimento dos cursinhos populares

Para melhor contextualizar nosso objeto de estudo – as percepções de participantes de cursinhos populares – faz-se necessário revisitar brevemente o quadro do ensino superior brasileiro na atualidade. Cabe ressaltar a raridade de trabalhos que o fazem com dados atualizados, e mesmo a dificuldade de obtê-los de forma sistematizada em órgãos oficiais².

De acordo com o INEP (2010), o Brasil possuía, no ano de 2010, 2.378 instituições de ensino superior (IES), das quais 2.099 eram privadas (88,30% do total). O número de alunos matriculados em cursos de graduação³ foi de 6.218.620, das quais 4.671.145 no setor privado (75,12% dos matriculados). Dentre os cursos de graduação presenciais, o Brasil contava no ano pesquisado com 1.461.696 (26,82%) matrículas em instituições públicas e 3.987.424 (73,18%), perfazendo um total de 5.449.120 matrículas em cursos presenciais.

Seria interessante desdobrar os dados dos matriculados por instituição de origem no Ensino Médio (pública ou privada), porém não há pesquisas ou dados oficiais que nos forneçam estas informações em nível nacional. Ao analisar as matrículas do Ensino Médio, podemos ter uma noção, ainda que superficial, deste hiato representado entre a Educação Superior e o Ensino Médio. Para este nível de ensino foram registradas no ano de 2010 8.357.675 matrículas. Em 2009 este número foi de 8.337.160 em 2008 foi de 8.366.100. Para 2010 a proporção de matrículas em escolas privadas foi de 11,8%, e em públicas, consideradas estaduais, municipais e federais, foi de 88,2%.

² Os dados aqui relatados foram obtidos através do portal do INEP: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/>.

³ Estão aqui indistintas as matrículas em cursos presenciais e à distância.

Ainda que não tenhamos acesso ao número de concluintes do Ensino Médio desdobrado por instituição de origem, a inversão nas proporções entre os dois níveis de ensino salta aos olhos: enquanto o setor privado é minoria nas matrículas do Ensino Médio, a maioria substancial do número de matrículas e do número de instituições do ensino superior está a cargo de empresas. Podemos presumir, pelo cotidiano das instituições de educação superior, que boa parte dos estudantes oriundos de escolas públicas estão no setor privado, uma vez que há uma grande concorrência nos processos seletivos para as instituições públicas, seja pelo vestibular, seja por outras formas de ingresso.

Esta concorrência tem favorecido historicamente os estudantes de escolas privadas, cuja medida de qualidade tem sido a publicidade em torno dos aprovados pelas instituições superiores públicas. As escolas particulares orientam, no mais das vezes, o seu currículo para que a solução de questões de múltipla escolha faça parte do cotidiano de crianças desde muito cedo. Este aprendizado foge do cotidiano da escola pública, que sofre com o mais básico dos problemas, que é a falta de professores e infraestrutura.

A base para a seleção dos estudantes “aptos” ao ensino superior consiste do ideário de aptidões naturais e a meritocracia. São os critérios de mérito e biopsicológicos que legitimam as diferenças e hierarquias sociais. A partir da naturalização da seleção, idealizam-se os processos seletivos, consistindo de estratégia velada de reprodução das elites: “Prevalecem os critérios naturais de aptidão e de inteligência, em detrimento das variáveis ou condicionantes sócio-econômicos de seleção, mesmo que a sociologia moderna demonstre que o mérito é socialmente construído” (OLIVEIRA et al., 2008, p. 82).

Durante muito tempo, especialmente a partir dos anos 1990, em que cresceu o número de concluintes do Ensino Médio por conta da expansão de matrículas, a única possibilidade do estudante de escola pública cursar o ensino superior era através da universidade pública. A forte concorrência, entretanto, exigia do estudante mais do que o que aprendeu no ensino médio – muitas vezes um ano ou mais de estudo em cursinhos voltados para este fim. Poucos tinham condição de pagar um cursinho comercial - havia uma grande procura pelos cursinhos que cobravam mensalidades reduzidas ou mensalidade alguma – os cursinhos populares, alternativos ou comunitários.

Houve, entretanto, uma política para a educação superior que alterou este quadro substancialmente: trata-se do Programa Universidade para Todos – o Prouni. Este programa, consubstanciado na Lei 11.096 de 2005 (BRASIL, 2005), consiste da compra de vagas ociosas de instituições privadas, através da oferta de bolsas integrais ou parciais para

estudantes de baixa renda nestas IES. A seleção destes estudantes passou a ser feita através do desempenho obtido no Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem.

Se por um lado este programa permitiu o acesso de um grande contingente de jovens, antes alijados do ensino superior pelas mensalidades impagáveis do setor privado, bem como pela alta seletividade e concorrência dos vestibulares públicos, não podemos deixar de mencionar que consolidou uma dinâmica de segmentação no ensino superior, reservando instituições sem compromisso com a pesquisa científica e com menor quantidade de professores titulados para os setores mais pobres da população⁴. É interessante notar que muitos dos cursinhos alternativos, que cobravam mensalidades reduzidas, tiveram uma significativa redução do número de alunos a partir da implementação do Prouni. Diversos estudantes que antes eram mantidos para fora da educação superior, passaram a trocar um ano ou mais em cursinhos por bolsas integrais em IES particulares.

Outra alteração substancial no acesso ao ensino superior brasileiro se deu através da utilização do Enem como critério de ingresso para as instituições superiores públicas, o que passou a ocorrer a partir de 2009. Além de alterar o formato da prova⁵, ocorreu a unificação dos vestibulares desta universidade em um grande exame: o próprio Enem. Com isto, o Enem, que tinha o propósito de avaliar o desempenho dos estudantes do Ensino Médio, passou a ser um exame de seleção para acesso ao ensino superior. Esta medida levantou o debate acerca da possibilidade do fim do vestibular à época desta implementação.

Para ingressar nas instituições participantes deste novo formato, o estudante deve, de posse de seu desempenho no Enem, acessar o Sistema de Seleção Unificada – SiSU. Este sistema consiste de uma plataforma virtual na qual o estudante pode se inscrever em até dois cursos, e que, durante o período de inscrições, afere diariamente o desempenho mínimo necessário (nota de corte) para que o estudante possa ingressar nos cursos de interesse. Para ingresso no primeiro semestre de 2012 (resultado referente ao Enem de 2011), o SiSU ofereceu 108.552 vagas em 95 instituições públicas⁶ (INEP, 2011). Considerando que no ano de 2010 foram ofertadas um total de 1.801.901 novas vagas para ingresso na educação superior, isso corresponderia a, mantidas as devidas proporções para o ano de 2012, pouco mais de 5% do total de vagas do ensino superior brasileiro.

⁴ Para debate acerca do Prouni, há uma excelente reflexão de Deise Mancebo (2004).

⁵ A prova do Enem até o ano de 2008 foi realizada em um período de 4 horas e continha 63 questões de múltipla escolha e uma redação. A partir de 2009, passou a contar com 180 questões de múltipla escolha e uma redação, e é realizado em dois períodos, sendo o primeiro de 4 horas e 30 minutos, e o segundo no dia seguinte, com duração de 5 horas e 30 minutos.

⁶ Dados disponíveis em <http://sisu.mec.gov.br/como-funciona> . Acesso em 12 de março de 2012.

De certa forma, os cursinhos que antes haviam sofrido um certo esvaziamento com a instituição do Prouni, passaram a ter um novo fluxo de estudantes interessados nas IES públicas distintas de seu estado de origem. Especialmente nas regiões de grande adensamento populacional e alta taxa de conclusão do Ensino Médio (como São Paulo e Rio de Janeiro), as promessas da mobilidade estudantil atraíram novos estudantes pela possibilidade de cursar IES públicas em outros estados sujeitas a uma menor relação candidato/vaga (uma medida da concorrência) quando comparadas a seu estado de origem.

O caso do Cursinho Popular Chico Mendes

Tratamos aqui de apresentar e discutir as percepções de professores e estudantes de um dos cursinhos da Rede Emancipa, o Cursinho Popular Chico Mendes, localizado em Itapevi, na Grande São Paulo, acerca destas alterações nas políticas de acesso ao ensino superior. Este cursinho funciona gratuitamente aos sábados, e conta com professores não remunerados para este fim. Foi durante 3 anos o único cursinho em funcionamento no município de Itapevi – não há sequer cursinhos comerciais em funcionamento no município.

O Cursinho Popular Chico Mendes está inserido numa dinâmica descrita por Silva Filho (2004, p. 111), em que as dificuldades de acesso dos egressos de escolas públicas tem fortalecido iniciativas populares de organização social que lutam por direitos da cidadania:

São cursos organizados por movimentos e entidades de caráter não oficial e que não se concentram apenas na preparação técnica para enfrentar as provas dos vestibulares, mas têm apresentado um discurso de engajamento na construção de cidadania dos seus alunos, na valorização da identidade social, racial e étnica deles, do fortalecimento de um sentimento de solidariedade dos grupos socialmente excluídos.

Partindo desse prisma de análise, questionamos professores e alunos, em meio a uma brusca alteração dos critérios de acesso ao ensino superior público (as recentes mudanças no Enem), sobre sua opinião acerca da hipótese de inexistir o exame vestibular.

Para A., professor e fundador do cursinho, apesar de ressaltar a contradição de um cursinho defender o fim do vestibular, *“o vestibular tem que acabar, nós defendemos o fim do vestibular sim, achamos que para isso tem que ter uma ampliação muito, muito, de universidade, de vagas na universidade.”*

O professor acredita que o fim do vestibular se daria pelo fato de haver vagas a todos os interessados, e pressupõe com isso que haveria uma transformação nos propósitos de cursinhos populares:

“A: Os cursinhos não deixariam de existir logo de imediato, porque a educação pública ainda é uma luta muito grande para melhorar o ensino básico. Mas os cursinhos teriam uma outra função. Eu acho que os cursinhos populares como os da Rede Emancipa eles estão bem localizados nessa... no fim do vestibular, pelo fim do vestibular. Porque eles continuam existindo para qualificar e dar propriedade para o aluno para que ele entre na universidade mais... se sentindo mais consolidado com o conhecimento. Que isso é importante, o cursinho garante muito isso. Ele fortalece o aluno para o aluno entrar na universidade embasado em mais conhecimento porque ele... na escola pública tem muita dificuldade mesmo. Mas para os cursinhos comerciais seria um problema”

O professor defende que o fim do vestibular é uma vitória para este movimento social. Afirma que o papel do cursinho não é preparar para a prova do vestibular mas “consolidar o conhecimento” do aluno de escola pública. Assim, no caso de o vestibular deixar de existir, haveria uma reorientação de objetivos deste movimento: *“eu acho que num primeiro momento eles permaneceriam por um tempo, até ter uma equalização melhor da educação pública, depois ele acabaria. Que eu acho que isso não seria um problema para nós, para o nosso movimento não”*.

Esta opinião é compartilhada por outra professora e fundadora:

“B: Eu acho que se o vestibular acabar um dia é a melhor coisa do universo. A melhor coisa do mundo, do nosso mundo de cursinhos. A melhor coisa! Se não tem o vestibular não se tem um funil que joga para fora da universidade um número gigantesco de jovens. Então possivelmente se não existe o vestibular, pode ser que não exista um cursinho pré-vestibular, pode ser que não exista aquele cursinho que tem aquele objetivo de pegar um aluno e por na faculdade. Agora toda a questão, todo o trabalho que é feito pelo cursinho popular, ele não se perde, ele não se perde em momento algum, porque aquele agente social ele tá ali ele tá construindo. Ele mudaria de formato, é claro. Eu acho que a educação ficaria mais interessante até. Sem a preocupação com o vestibular e com esse super funil. Eu acho que a educação e a construção da sociedade seria bem mais interessante. Eu acho que os cursinhos teriam um formato bem peculiar de espaços para discussões, para construções e tudo. Então seria a melhor coisa se não existisse mais o vestibular.”

A fala desta professora enfatiza que um dos maiores problemas da educação é a existência da segregação dos jovens de classes populares através deste exame. Assim, o fim do exame implicaria numa reorganização do cursinho enquanto projeto voltado para o acesso à universidade. Entretanto ela afirma que o trabalho de “educação e construção da sociedade” seria mantida. Pode-se identificar com esta fala que para os dois professores envolvidos, não há uma crise de identidade do cursinho no caso da inexistência do vestibular. Ambos ressaltam que o caráter de formação de “agentes sociais” seria o traço essencial do Cursinho Popular Chico Mendes da Rede Emancipa. A professora ressalta que não existir o “funil do vestibular” tornaria a educação “mais interessante”, na medida em que estes projetos poderiam assumir “um formato bem peculiar de espaços para discussões ou construções”.

Mas o que faria com que chegássemos até o ponto de extinguir o vestibular? Uma terceira professora, que também foi aluna da primeira turma do Cursinho Popular Chico Mendes, afirma que:

“C: Então, mas para acontecer isso, eu acho que para romper o vestibular, todo um pensamento, toda a sociedade iria estar mudada. Acho que desde a escola ia ter uma educação popular, desde a escola. [...]. Aí não iria ter cursinho [...]. Ia ser na escola, ia se organizar, mas na escola, a formação das pessoas ali na escola. Porque na verdade o cursinho é para compensar tudo isso que ele não teve na escola. E seria uma luta pela educação, é uma luta pela educação, aí seria lá, desde as primeiras instituições escolares, de quando você entra na escola ia se colocar desta forma.”

Para a professora, o fim do vestibular significaria um momento em que toda a educação estaria calcada em outras bases. Se este exame não existe, é porque a própria escola e a sociedade sofreram mudanças estruturais. Para ela, a inexistência do vestibular e conseqüentemente dos cursinhos, se daria pelo fato de a escola já se propor a realizar uma educação popular, uma educação que se proponha crítica, aberta à possibilidade de transformar as injustiças sociais.

Para a professora e ex-aluna, atualmente esta prática de educação crítica se dá no próprio espaço do Cursinho Popular Chico Mendes. O fim do vestibular representaria com isso o fim de uma educação que reproduz as desigualdades sociais. Assim, a extinção do vestibular seria consequência da tomada de consciência dos indivíduos desde a escola, tornando os cursinhos que se reivindicam populares desnecessários.

Este posicionamento, entretanto, não é algo majoritário na sociedade, apesar de o ser entre o quadro de professores deste movimento social. A preocupação em reafirmar os princípios de uma educação que questione o próprio eixo de agregação deste movimento, qual seja, o vestibular, aparece como uma tônica entre professores, e tem lugar entre alunos. Evidentemente que convive com posições distintas, entre alunos bem como entre professores. É possível inclusive que as opiniões que valorizam o mérito individual, a competição e o individualismo, majoritárias socialmente, estejam subdimensionadas neste trabalho. Podemos verificar na posição dos diferentes alunos entrevistados:

“D: Eu acho que os cursinhos ricos acabariam, mas os populares não. Porque o Chicão e muitos outros, eles não visam só o vestibular, mas eles visam à conscientização de muitos jovens para pensar em outros jovens que queriam estar em nossos lugares e não tem essa possibilidade, ou porque mora muito longe ou porque está perdido no mundo das drogas, ou porque esta na FEBEM e de certa forma se perdeu. E o Cursinho Chico Mendes ele é uma forma de lar para todos, é um lugar onde no sábado a gente se sente alguém melhor de certa forma, a gente se sente alguém realmente. Porque lá fora todo mundo fala que a gente não é ninguém, porque a gente está nesta condição de uma convivência de ser pobre, então para as pessoas a gente não é ninguém. E aqui dentro eles fazem que a gente se sinta alguém, e alguém importante o suficiente para poder ajudar outras pessoas. Porque se a gente se sente importante a gente acaba querendo ajudar outras pessoas e então o cursinho não acabaria, pelo menos não o popular.”

O primeiro aspecto que salta aos olhos nesta fala é a dimensão afetiva evocada pela estudante, que participa ativamente do Grêmio do Cursinho, uma entidade dos estudantes do Cursinho Popular Chico Mendes que acabou organizando também grêmios estudantis nas escolas do município. O cursinho seria um “lar”, por fazer com que “se sintam alguém”. Para ela o papel do cursinho popular se distingue dos “cursinhos ricos” ou comerciais pelo fato de procurar trabalhar com a “conscientização” – mais uma vez ressalta-se o aspecto de uma educação crítica e de formação de agentes sociais. Para a estudante, participar do Chico Mendes proporciona pensar na juventude que não tem alternativa (e usa como exemplo os jovens que estão detidos, são dependentes químicos, ou que “se perderam”), e propor alternativas a essa juventude.

Sentir-se alguém, a despeito desta condição “de ser pobre”, é um aspecto que demonstra um trabalho voltado para a valorização da autoestima destes jovens populares,

“que todo mundo fala que não é ninguém”, que estariam sem perspectiva ao concluir o Ensino Médio. A partir daí, estes jovens se sentem “importantes o suficiente para querer ajudar o outro”, reforçando o caráter de ajuda mútua e solidariedade trabalhados no Cursinho.

Assim, a estudante reafirma o posicionamento de que o fim do vestibular acabaria com os cursinhos comerciais, mas acredita que os cursinhos populares não terminariam. É interessante que para a estudante não haveria qualquer contradição pelo fato de a motivação inicial do próprio cursinho ser o exame de ingresso às universidades. Esta posição é compartilhada por outro membro do Grêmio:

“E: Então eu acho que seria uma boa isso daí. [...] Porque a educação começa a envolver mais a partir do momento que os alunos fazem por onde, e nesse caso do vestibular, a instituição quer evoluir o aluno e não o aluno que evolui a instituição, tá sendo o contrário. Então eu acho tipo a curto prazo é uma coisa que tá sendo válida e tal, mas é uma coisa que tá sendo... tá excluindo muito. [...] Então, faço das palavras do A. as minhas. Ele falou que o cursinho era, digamos, uma aberração. E pra gente agora é super válido, a gente precisa dessa aberração. Mas se a escola fornecesse isso eu acho que seria um preço baixo a pagar o fim dos cursinhos. Porque... até porque a gente vai pensar assim: "a gente tem o nosso cursinho, aqui tal, um cursinho popular forma socialmente também". Mas tem muitos cursinhos pagos também, que o pessoal paga mundos e fundos, o preço de uma escola particular elevada ao quadrado pra pagar os cursinhos pra se suprir daquilo que a escola não dá pro vestibular. Então eu acho que assim, seria um preço baixo a pagar. Como não precisaria mais da instituição do cursinho pra ensinar, nada impedia de fazer uma instituição social também, de a gente continuar uma instituição cultural e tal, e deixar o cursinho com um rumo só, separar esses dois rumos e seguir com um rumo que ainda é necessário.”

Para este estudante, “a educação envolve mais quando os alunos fazem por onde”, ou seja, métodos educativos que pressupõem a passividade seriam menos efetivos do que aqueles onde se preza pela participação, em que os alunos tomam parte no processo. O vestibular, por ser um exame em que já há um conteúdo pré-determinado, não pressupõe a participação, a instituição apenas seleciona os alunos que estejam adaptados a este processo: “é a instituição que evolui o aluno, e não o aluno que evolui a instituição”. Ele conclui, com isto que, apesar de estar sendo um método válido, “está excluindo muito”.

Seguindo o raciocínio, o cursinho seria uma “aberração”, assim como afirmou seu professor, o primeiro entrevistado: trata-se de uma modalidade e ensino não prevista em lei,

que atesta que a educação pública (e muitas vezes também a privada) é insuficiente para entrar na universidade. Acabar com os cursinhos seria, para o estudante, “um preço baixo a pagar”, uma vez que admite que boa parte dos cursinhos não tem a preocupação de conscientização, e sim de lucrar com os estudantes que não entraram na universidade. O que restaria do Cursinho Chico Mendes neste contexto? Uma alternativa levantada é a criação de uma “instituição social ou cultural”.

Um terceiro estudante manifesta uma opinião diversa dos seus colegas. Para ele, o fim do vestibular seria negativo, já que a educação seria a melhor maneira de ascensão social. De acordo com este estudante, acabar com o vestibular seria vantagem apenas para ricos:

“F: Ah. Eu nem sei falar, tipo, ia ser muito ruim pra gente ter algo melhor pra nossa vida e tal. É um caminho, acho que o melhor caminho que tem pra gente melhorar de vida. Acho que seria ruim pra sociedade também toda. Acho que tem muita desvantagem pros alunos, pros pais também. [...] Acho que seria bem complicado pras pessoas. Pros ricos não, porque pros ricos é fácil pra eles, eles tem dinheiro, eles podem tudo. Mas acho que no meu caso seria bem ruim pra mim, eu ia ter que trabalhar bastante, teria que me esforçar bastante pra conseguir entrar, isso se eu conseguisse entrar na faculdade. E as outras pessoas também, nem todo mundo tem dinheiro pra poder fazer faculdade.”

A desigualdade está de tal maneira pressuposta, que frente a uma situação hipotética, a de imaginar a inexistência do vestibular, o estudante afirma que “nem sabe falar” a sua opinião. A capacidade de sonhar com o fim das barreiras para os pobres na universidade é limitada pela realidade concreta, muito distante desta utopia. Ele afirma que só os ricos teriam vantagem com isto, porque “com dinheiro tudo é fácil”, e que ele teria que trabalhar muito nesta situação hipotética, pois teria que cursar uma faculdade privada e “nem todo mundo tem dinheiro para fazer faculdade”.

Mesmo apresentando uma situação distinta a este estudante, em que fossem as instituições públicas que não tivessem mais seleção, como é o caso do Uruguai, um exemplo concreto em que isto já acontece, o estudante seguiu cético quanto às vantagens desta possibilidade:

F: “Acho que seria meio bagunça, né? Porque acho que qualquer um é só chegar e tal... Aí ia tá tirando vaga de outro que poderia tá lá no lugar dele. Porque alguém indicou, tipo, ia tirar o lugar de quem realmente quer mudar de vida, quem realmente quer estudar, poderia tirar minha oportunidade de fazer faculdade, qualquer um faz, e prestar também. [...] Acho que [o

Cursinho Chico Mendes] nem existiria, porque... ia ter curso pra quê? Não é verdade? Porque a maioria ia pagar de vez ou então já entra direto, então, não ia ter mais curso. Não ia ter porque ter curso entendeu?”

O terceiro estudante afirma que o livre acesso seria naturalmente injusto, “bagunçado”, pois “qualquer um pode estar tirando a vaga de quem quer estudar” para “mudar de vida”. A estrutura deste posicionamento segue a lógica do mérito individual, lógica essa presente na maioria da sociedade. Não existindo o vestibular, não seria necessária a existência do Cursinho Chico Mendes, que afinal de contas, teria como finalidade primeira preparar os alunos para que entrem no ensino superior e assim possam ascender socialmente.

Algumas aproximações

A partir do mosaico de falas apresentado, chamamos atenção para alguns elementos. Em primeiro lugar, ressaltamos, a despeito de sua natureza contraditória, o fato de participantes de um cursinho voltado para o vestibular, se proponha não só a lutar contra ele, mas também a defender sua extinção. Isto evidencia que este grupo social situa suas reivindicações muito mais no plano da democratização do acesso do que na inserção pontual de estudantes no ensino superior. Esta posição, entretanto, parece conviver com outras, como a que atribui à educação uma forma de ascensão social, e portanto defende o vestibular como critério justo de seleção.

Quanto a essa questão, concordamos com Oliveira e colaboradores, que afirmam que:

“As inovações de seleção não têm conseguido alterar o panorama de seletividade social, uma vez que elas não modificam o paradigma de escolha elitista existente no País. A LDB não ocasionou, na realidade, qualquer ruptura com o padrão de seleção instituído que privilegia os candidatos com maior capital econômico e cultural. Continua, desse modo, a seleção baseada nas aptidões e capacidades naturais que, historicamente, tem assegurado que a educação superior, sobretudo os cursos de maior prestígio social, seja destinada a uma elite econômica e culturalmente privilegiada.” (OLIVEIRA et al., 2008, p. 84-85)

Concluimos assim que os cursinhos populares, considerados enquanto movimentos sociais de educação, representam um grupo social que antagoniza com o modelo meritocrático representado por um exame de medição padronizado, historicamente representado pelo exame vestibular. As mudanças no acesso ao ensino superior materializadas no Enem representam um campo interessante de aprofundamento deste debate sobre modelos de acesso e democratização do ensino superior brasileiro.

Referências

BRASIL. Lei 11.096, 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade Para Todos – PROUNI. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 10 de março de 2012.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 10 de março de 2012.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez. 2006.

INEP. *Sinopse Estatística da Educação Superior – 2010*. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 10 de março de 2012.

MANCEBO, Deise. “Universidade para todos”: a privatização em questão. *Pro-posições*, Campinas, v. 16, n.2, p 75-90, 2004.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília. (Orgs.). *Educação Superior no Brasil - 10 anos Pós-LDB*. Brasília: INEP. 2008

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio provado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 129, n. 5, p. 991-1022, 2008.

SILVA FILHO, Penildon. Cursos Pré-Vestibulares Populares em Salvador: Experiências Educativas em Movimentos Sociais. *Revista da FAGED*, n. 08, p.109-126, 2004.